



MANIFESTO CONTRA A APROVAÇÃO DA PLP 32/2026

Mais monopólios, mais dependência tecnológica e ataque ao SUS

O PLP 32/2026 se apresenta como uma proposta em defesa da ciência pública, da soberania tecnológica e da segurança sanitária. Mas, por trás desse discurso, esconde uma tentativa de reintroduzir a ampliação de monopólios patentários no Brasil.

A extensão de patentes beneficiará sobretudo empresas estrangeiras com grandes portfólios patentários, como as multinacionais farmacêuticas em prejuízo a população brasileira e ao SUS.

Soberania sanitária não se constrói ampliando monopólios privados.

Diante dos graves impactos para o SUS, para a ciência brasileira, para o desenvolvimento nacional e para a soberania sanitária do país, conclamamos os(as) deputados(as) e senadores(as) a rejeitarem integralmente o PLP 32/2026.

O projeto parte de um fato público que ganhou grande repercussão — o caso da polilaminina/UFRJ — para defender uma mudança estrutural na Lei de Patentes. Mas a justificativa é frágil e perigosa: sugere que mais patentes e mais tempo de exclusividade significariam mais soberania nacional. **O PLP 32/2026 usa a ciência pública como escudo para aprovar uma medida que interessa sobretudo aos grandes titulares de patentes. E, no setor da saúde, isso significa mais anos de exclusividade, mais barreiras ao acesso e mais dependência.**

Ao tratar pedidos de patente e patentes concedidas como “ativos estratégicos” para a soberania, o PLP reforça a ideia de que proteger exclusividades privadas seria sinônimo

de fortalecer o país. Mas na prática em vez de fortalecer a capacidade tecnológica do país, amplia a dependência de exclusividades privadas, dificulta a concorrência e cria mais barreiras ao acesso a medicamentos, genéricos, biossimilares e tecnologias essenciais.

O ponto mais grave é a tentativa de inserir o art. 40-A na Lei de Propriedade Industrial, recriando um mecanismo de extensão de prazo de patentes por atraso do INPI, em até cinco anos. Isso reabre uma lógica já barrada pelo STF na ADI 5529: fazer a população pagar pela demora do Estado com mais anos de monopólio para grandes empresas. Na prática, significa atrasar genéricos e biossimilares, manter medicamentos caros por mais tempo e colocar o lucro privado acima do direito à saúde e do interesse público.

Não existe vazio legal a ser corrigido. O Brasil já garante 20 anos de patente contados do depósito, conforme o Acordo TRIPS. O que o projeto faz, na verdade, é transformar a demora administrativa em argumento para ampliar privilégios privados, reabrir disputas sobre o termo final das patentes e impor à sociedade o ônus de monopólios mais longos. E o impacto é concreto.

[Estudo realizado pelo Grupo Economia da Inovação da UFRJ](#) em 2020 demonstrou que a extensão da vigência de patentes para nove medicamentos gerou R\$ 6,8 bilhões de gasto no período de extensão e que, sem esse mecanismo, poderia haver economia potencial de até R\$ 3,9 bilhões para o SUS, justamente pela entrada de genéricos e biossimilares mais baratos. O mesmo estudo destaca que a extensão patentária cria barreiras à concorrência, sustenta preços elevados e dificulta a sustentabilidade do sistema público de saúde.¹

A realidade mostra que, quando o monopólio termina, os preços caem. O caso da semaglutida demonstra como o monopólio patentário sustenta preços elevados. Às vésperas da expiração da patente no Brasil, a empresa titular iniciou reduções de preço e distribuição gratuita de doses iniciais diante da possibilidade de entrada de concorrentes.²

O recado é claro: quando o monopólio ameaça acabar, os preços caem. Prolongar patentes significa prolongar medicamentos caros e ampliar os custos para a população e para o SUS.

¹ Paranhos, J., Mercadante, E., & Hasenclever, L.. (2020). O custo da extensão da vigência de patentes de medicamentos para o Sistema Único de Saúde. Cadernos De Saúde Pública, 36(11), e00169719.

<https://doi.org/10.1590/0102-311X00169719>

² Novo Nordisk faz promoção de Wegovy e reduz preços antes de queda da patente. InfoMoney, 2 mar. 2026.

Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/novo-nordisk-faz-promocao-de-wegovy-e-reduz-precos-antes-de-queda-da-patente/>